

Diretor do DPRF é acusado de fraude

CORREIO BRAZILIENSE

Valdeci Rodrigues

O diretor-geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), Mauro Ribeiro Lopes, está sendo acusado de invalidar multas aplicadas aos caminhões da empresa mineira Liderbrás. As provas são um bilhete encaminhado ao diretor no final do ano passado por um gerente da Liderbrás, e a constatação de que as infrações foram banidas do computador. A denúncia foi feita por um funcionário do próprio departamento.

O valor das multas invalidadas que o servidor conseguiu reunir não passa de CR\$ 600 mil, mas o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), que está juntando as provas contra o diretor, acha que é suficiente para manchar de vez a reputação de Mauro Ribeiro Lopes. Na última quarta-feira, o **Correio Braziliense** noticiou denúncias de que Mauro Ribeiro Lopes teria autorizado a compra de diversos produtos para o departamento na fábrica do irmão.

“Esse cidadão não tem condições de continuar à frente de um órgão tão importante como o Departamento de Polícia Rodoviária Federal”, afirma Augusto Carvalho. O parlamentar acredita ter em mãos uma quantidade de denúncias que não deixam dúvidas sobre o comportamento “condenável” do diretor Mauro Ribeiro Lopes.

Junto com a invalidação das multas, o diretor-geral do DPRF é acusado de favorecer mais uma empresa da família, a Escoltas Especiais Ion Ltda., de propriedade de dois de seus filhos. Neste caso, Mauro Ribeiro saberia com antecedência sobre o pedido de escoltas para cargas especiais nas rodovias brasileiras, indicando a firma de seus filhos. Há, ainda, a denúncia de que o diretor está fazendo política com dinheiro do contribuinte, ao doar ambulâncias a prefeituras, como a que despachou, já pintada de branco, para o município de Poté, em Minas Gerais.